

Forasteiros no oeste paulista: Escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas, 1850-1888.

JOICE FERNANDA DE SOUZA OLIVEIRA*

1. Introdução.

A investigação e a análise da experiência dos escravos comercializados para Campinas, no período pós-1850, tem sido o intento maior da minha pesquisa de mestrado denominada: *Forasteiros no oeste paulista: Escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas, 1850-1888.*¹

A pesquisa se insere em uma relevante discussão historiográfica, sobre as relações escravistas na cidade de Campinas na segunda metade do século XIX. Destaco os trabalhos de Maria Helena Machado, Cristiany Rocha e Maíra Chinelatto Alves, que fazem parte desse debate e que são cruciais para a minha pesquisa.

Com o objetivo de compreender as relações sociais entre os escravos no século XIX, Maria Helena Machado realiza um estudo sobre os crimes cometidos por escravos nas lavouras das regiões de Campinas e Taubaté entre 1830-1880. Em sua análise a autora dedica especial atenção as relações de trabalho, argumentando que as questões ligadas à labuta eram decisivas no cotidiano escravo e no processo de adaptação (ou não) e rebeldia dos escravos forasteiros. Contudo, Machado não se atenta aos outros aspectos da experiência escrava e do processo de adaptação dos cativos procedentes do comércio interno (MACHADO, 1987).

Cristiany Rocha investiga as gerações escravas nas fazendas campineiras. Através da ligação nominativa das fontes, ela perscruta as relações familiares desenvolvidas entre os cativos, observando a formação das redes de parentesco e de solidariedade. No último

* Mestranda em História Social da Cultura com orientação do Professor Dr. Robert Slenes, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP).

¹ Ver, sobre o comércio interno de escravos (com especial atenção ao mercado campineiro): Robert W. SLENES, "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market". In: *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*, org. Walter Johnson. New Haven: Yale University Press, 2004, pp. 325-370.

capítulo de sua tese a historiadora analisa a condição do escravo desenraizado, observando principalmente os conflitos nos quais eles estavam envolvidos. No entanto, Rocha não está preocupada especificamente com a experiência dos escravos submetidos ao comércio interno e com o impacto dessa atividade nas escravarias.(ROCHA, 2004).

Por fim, em seu recente estudo comparativo sobre a criminalidade escrava na cidade de Campinas nas décadas de 1840 e 1870, Maíra Chinelatto Alves também análise as relações escravistas em Campinas, com o objetivo de compreender o estabelecimento dessas relações e como eram subvertidas nas ocasiões em que os escravos tomavam a decisão de confrontar diretamente seus senhores. Na análise referente à segunda metade do século XIX, Chinelatto estuda as escravarias sem dedicar maior atenção aos forasteiros e ao processo de adaptação desses indivíduos (ALVES, 2010).

As três autoras acima fazem importantes estudos sobre as relações entre escravos nas fazendas campineiras na segunda metade do século XIX e a partir de seus trabalhos surgem várias questões a serem exploradas pela historiografia. Partindo, desses e outros relevantes trabalhos, proponho uma análise mais extensa das relações sociais entre os escravos, que enfoque diversos fatores capazes de influenciar a configuração da comunidade escrava e a adaptação dos forasteiros: as relações familiares, as relações de trabalho, a incidência de fugas e o acesso às ocupações especializadas e à alforria, tendo em vista também a experiência dos escravos já residentes.

Assim sendo, estudo o comércio interno a partir do significado que teve para os indivíduos que por ele passaram, olhando para cada escravo como um sujeito único, que teve sua vida desestruturada quando levado para outro cativeiro, que precisou lidar com uma nova escravaria, com novas relações de trabalho, com novas oportunidades de vida e ainda superar as agruras causadas por mais aquele abuso do sistema escravista.

Algumas questões guiam o estudo, como por exemplo: Quem eram esses escravos oriundos do comércio interno? Quando chegaram à Campinas? De onde vieram? Se houve e como foi o processo de adaptação desses cativos? Estabeleceram-se redes de solidariedade e parentesco no novo cativeiro? Quais eram suas ocupações? Como foi o processo de adaptação (ou não) à nova jornada de trabalho? Quais as possibilidades de acesso à alforria?

A partir dessas questões procuro entender se havia nas propriedades estudadas a formação de uma “comunidade” escrava, caracterizada pela união dos cativos a partir de laços de parentesco e solidariedade, ou se a chegada dos forasteiros proporcionava uma cisão entre os escravos e a formação de grupos diversos na senzala.

Cotejo a vivência dos escravos forasteiros com a dos já residentes no local, observando as redes familiares e sociais que se formavam. Para realizar esse estudo utilizo a prática historiográfica denominada micro-história, que por meio de uma lente microscópica nos permite visualizar indivíduos heterogêneos e formadores de um amplo tecido social. Contudo, acompanhar a trajetória desses cativos não é uma tarefa fácil; por isso, é essencial a perscrutação minuciosa das fontes históricas à procura de vestígios que possam revelar traços da vida deles.

Procuro os sujeitos de minha pesquisa nos registros de batismos, nos registros de casamento, nos processos-crime, nos registros de meia-sisa (imposto sobre a compra/venda de escravos), nas escrituras de compra e venda de escravos, nas cartas de alforria e nos anúncios de fugas de escravos, nos inventários e nos testamentos e em muitos outros documentos, a partir dos quais tento montar o quebra-cabeça da vida dos forasteiros. Para conduzir tal empreitada faço uso da ligação nominativa de fontes, que através do nome dos senhores e dos escravos permite a identificação do mesmo indivíduo em diversos documentos e momentos de sua vida.

O primeiro caso é a senzala do senhor Felipe Antonio Franco, já parcialmente estudado por Robert Slenes, que centrou sua análise sobre o período entre 1872 e 1875.² Motivada por essa pesquisa e buscando avançar na investigação, acompanhei a formação da escravaria desde o início do século XIX até os anos 1880, com ênfase no período pós-1850, quando a incorporação de escravos novos por compra foi relativamente modesta.

O segundo estudo de caso investiga a escravaria do senhor Francisco Teixeira Villela. Apesar de se tratar, igualmente, de uma fazenda de formação antiga, houve em seu histórico (em 1868) uma compra de 186 cativos, todos provindo de uma fazenda também antiga, no

² Robert W. SLENES, *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011 [1999], pp 122-123; Robert W. SLENES, “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, 4 Vols. (org. geral: Fernando A. Novais), Vol. II: *Império: A Corte e a Modernidade Nacional* (org. do volume: Luiz Felipe de Alencastro). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp 268-271.

Paraná. Tendo como ponto de partida o trabalho de Eduardo Pena (ver bibliografia), que investigou parte desse episódio de compra, procuro entender como se configurava uma escravaria composta por três grupos: cativos descendentes dos fundadores africanos da senzala da fazenda; escravos de diversas procedências, comprados individualmente ou em pequenos grupos ao longo dos anos; e uma grande “comunidade” cativa inserida na senzala receptora, de uma só vez.

Por fim, o último caso estudado é a recém-formada propriedade do senhor Francisco Egidio de Souza Aranha, que fundou sua própria fazenda em 1862 com um único escravo herdado de seu pai, um fazendeiro abastado. Analisada por Slenes, em contrapartida à Fazenda de Felipe Antonio Franco, também no período entre 1872 e 1875, a propriedade de Francisco Egidio cresceu rapidamente nas décadas de 1860 e 1870 via a aquisição de cativos no mercado interno: principalmente homens na primeira década assinalada, depois homens e mulheres em igual número. Este caso possivelmente revela a lógica empregada por um “senhor-moço”, que dispõe de recursos herdados, para a formação de uma nova escravaria. (SLENES, 2011:121-122)

A fim de demonstrar parte do trabalho que estou realizando, narrarei a seguir uma parte da história dos forasteiros levados ao Sítio do Saltinho, propriedade de Felipe Antonio Franco. Para não me alongar por demais, não será possível cotejar a história desses forasteiros com os que já residiam naquela escravaria.

2. Forasteiros em uma comunidade antiga.

A narrativa a seguir conta à inserção de forasteiros em uma escravaria que se constituiu ao longo de pouco mais de setenta anos. A fim de compreender como se deu esse processo e o desenvolvimento dessa comunidade, inicialmente, debruço-me sobre a trajetória de vida de seus proprietários. Atento-me para as escolhas feitas por eles— especialmente, em relação à compra de novos cativos— as quais quase sempre interferiram na vida dos cativos e na configuração da comunidade escrava.

No ano de 1818, os jovens Antonio Teixeira de Camargo e sua esposa Dona Anna Rufina foram registrados como moradores da Vila de São Carlos, no 6º distrito. Apesar da juventude e de serem recém-casados, já possuíam 33 escravos e eram produtores de açúcar.

Entre os escravos, havia 22 homens com idade média de 32 anos, dos quais apenas 4 eram casados. Já entre as mulheres, a idade média das mulheres era de 36 anos.³

Em 1837, na Vila de São Carlos, morreu o senhor Antonio Teixeira de Camargo.⁴ Casado há 23 anos com sua parenta Dona Anna Rufina de Almeida⁵ e pai de quatro filhos, deixou para seus herdeiros o monte-mor de 39:504\$507 réis.⁶ Esse patrimônio incluía 69 escravos, sendo 47 do sexo masculino e 22 do sexo feminino. Entre os homens, cuja idade média era de 29 anos, apenas oito constam como casados no inventário. Alguns deles possuíam ofício especializado como, por exemplo, carpinteiro, tropeiro e ferreiro, e foram eles que receberam as melhores avaliações, com o valor médio de 520\$000 réis. Já entre cativas, a média de idade era de apenas 19 anos e foram avaliadas em média por 220\$000 réis.⁷ Foram partilhados entre os herdeiros, 65 escravos, dos quais cinquenta e nove ficaram com a viúva Dona Anna Rufina de Almeida. Anos mais tarde, muitos dessa herança, passaram a fazer parte da escravaria do senhor Felipe Antonio Franco.

Durante quinze anos, a viúva Dona Anna Rufina de Almeida permaneceu sozinha, cuidando da metade dos bens do casal que a ela pertencia e da herança de seu filho Sabino, ainda menor de idade.⁸ No dia 3 de janeiro de 1852 ela se casou com Felipe Antonio Franco,⁹ para o qual casamento deve ter representado um ótimo consórcio¹⁰ e uma grande oportunidade

³ É possível que o casal tenha herdado escravos de seus pais, principalmente Antonio Teixeira que era filho do Capitão Felipe Nery Teixeira.

⁴ Natural da Vila de São Carlos, filho legítimo de Felipe Nery Teixeira e de Maria Leite de Camargo. Fonte: Testamento de Antonio Teixeira Camargo, 1º ofício, Processo 09752, TJC, CMU.

⁵ Filha Legítima do Sargento-mor Antonio José de Almeida e de Theodora Leite Martins. Antonio Teixeira de Camargo e Dona Anna Rufina de Almeida casaram-se no ano de 1814.

De acordo com o registro de habitantes da Vila de São Carlo, no ano de 1818, podemos inferir que no momento de Casamento Dona Ana Rufina, tinha cerca de 14 anos e seu marido cerca de 22 anos.

Fonte: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_3.htm acessado em 04/10/12; Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1818, Fundo Peter Eisenberg, AEL, UNICAMP.

⁶ Inventário de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684, TJC, CMU.

⁷ Idem.

⁸ Inventário de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684, TJC, CMU.

⁹ Livro de Casamento de Livres, Cúria Metropolitana de Campinas.

¹⁰ Da mesma forma, para tantos outros senhores no Brasil Imperial, o casamento, “fazia parte de uma estratégia de enriquecimento previamente pensada.” Segundo Juarez França a origem e a manutenção das maiores fortunas dos fazendeiros do oeste paulista estavam diretamente ligadas ao casamento.” FRANÇOIA, Juarez. “Senhores de escravos: trajetória e solidariedade no oeste paulista. 1845/1880”. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

de ascensão social e econômica.¹¹, pois com o matrimônio tornou-se ser proprietário de terras e de uma grande escravaria.

Com o casamento da senhora Anna Rufina, a década de 1850 trouxe diversas mudanças para a comunidade do Saltinho. Em 1852 os escravos receberam o seu novo senhor, Felipe Antonio Franco e a partir de 1858 começaram a receber forasteiros de diversas partes do país, comercializados através do comércio interno. Nesse momento, a comunidade tinha, ao menos, 30 anos de história e era, sem dúvida, uma escravaria madura em que havia um “considerável grau de consolidação de redes de parentesco e solidariedade.”(ROCHA, 2004: 76) .

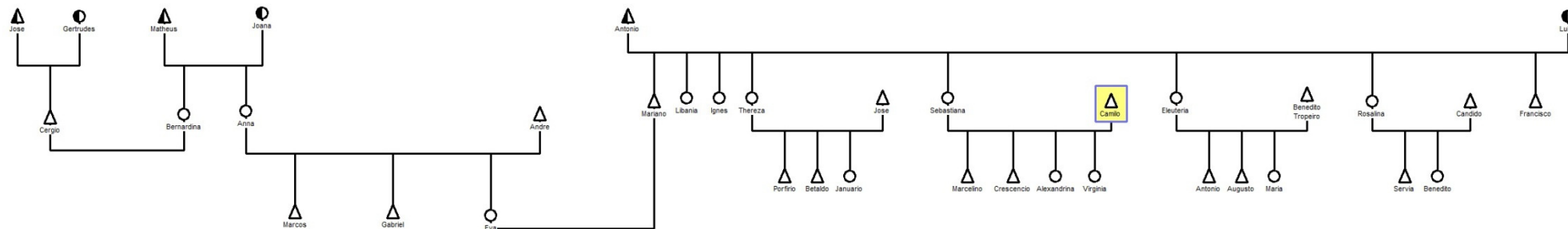
Os casais fundadores da senzala do Sítio do Saltinho eram: José e Gertrudes; Narcizo e Antonia; Silvestre e Caetana¹²; Mateus e Joana foram dos fundadores da senzala e formaram uma extensa família escrava, como é possível observar na figura 1.

¹¹ Não conseguimos obter informações sobre o senhor Felipe Antonio Franco antes de casar-se com a senhora Dona Anna Rufina, mas a documentação leva-nos a crer que, antes do matrimônio, ele não era um senhor de muitas posses.

¹² Parece que esse casal não teve filhos.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

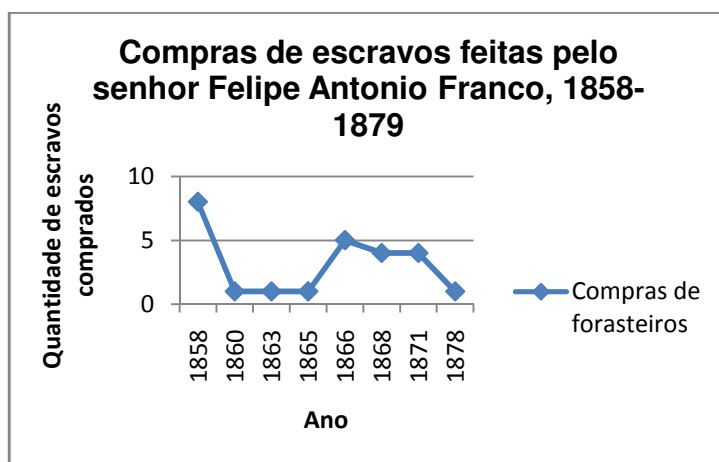
FIGURA 1: FAMÍLIAS FUNDADORAS DA COMUNIDADE DO SALTINHO, 1818 -1886



A situação dos forasteiros poderia ser bastante difícil nas fazendas já estabelecidas, ou seja, naquelas em que a escravaria atingira um alto grau de consolidação das redes de parentesco e solidariedade entre os escravos, e as chances de se inserir na comunidade poderiam ser limitadas.

Por meio dos registros de meia siza, constatei que entre os anos de 1858 e 1879, o senhor Felipe Antonio Franco adquiriu 28 escravos, sendo 23 homens com idades entre 5 e 35 anos e 5 mulheres entre 5 e 30 anos. Destarte, Felipe Antonio Franco seguia a lógica do comércio interno que, assim como no comércio atlântico, privilegiava a compra de homens jovens.¹³

Gráfico 4:



O gráfico acima evidencia que o senhor Felipe Antonio Franco não era muito ativo no mercado interno de cativos, pois além de não terem sido comprados muitos escravos, houve sempre um intervalo de pelo menos um ano entre uma compra e outra. Esses indivíduos que passavam pela experiência do comércio interno, em sua grande maioria, foram negociados sozinhos, sem a companhia de seus familiares, já que os negociantes estavam preocupados em conseguir maiores lucros com a venda de cativo, sem preocupação alguma com manutenção de famílias.

As compras do senhor Felipe Antonio Franco iniciaram em 1858 com a aquisição de sete escravos e com uma troca. João, Luis, João, Raimundo, Anacleto Lazaro, Camillo e João, foram os cativos adquiridos. Os seis últimos indivíduos foram comprados de uma única vez do senhor

¹³ Observando os registros de meia siza da cidade de Campinas, no período entre 1865-1879 (excluindo-se os anos fiscais de 1869-1870, 1870-1871, 1871-1872), notamos que cerca de 74 % dos indivíduos comercializados eram homens, cuja idade média era de 18 anos; já entre as mulheres, que representavam a minoria, a idade média era de 24 anos. Esses dados foram obtidos através da análise do banco de dados denominado “Coletoria de Rendas de Campinas” elaborado por mim, ao longo do trabalho de monografia e que reúne os dados referentes a meia siza desse período.

Antonio Bruno de Araujo Leite, através do procurador Bernardo José Pinto.¹⁴ Em 1860 foram comprados Adriano e Severiano e, em 1863, Benedito.

Vejamos o que as fontes contam sobre a história de alguns desses indivíduos: Após 12 anos na comunidade, Lazaro casou, ou legitimou seu matrimônio diante da igreja, com a escrava Florinda, filha de Luisa e Jose um antigo casal da senzala. Aparentemente, o casal não teve filhos e também não apadrinhou nenhuma criança.

Camillo casou-se com Sebastiana, filha de um dos casais fundadores da comunidade (ver figura 1). Não foi possível identificar a data de casamento do casal, mas, nos registros de casamento de 1878 a escrava Sebastiana viúva aparece casando-se novamente, dessa vez com Luciano, africano com cerca de 60 anos.¹⁵

Na matricula geral de 1872, Camilo é registrado como pai de três crianças. Para os três filhos, o casal escolheu padrinhos escravos, sendo dois casais companheiros da comunidade do Saltinho¹⁶, além de Matheus e Ricarda escravos de outro senhor.¹⁷ Preferindo, portanto, criar seus laços de compadrio com seus companheiros de escravidão, diferentemente de seu companheiro de Raimundo.

Raimundo casou com Felicia, filha de Ignaio e Delfina e tornou-se feitor da fazenda. Em 1872 o casal tinha quatro filhos, sendo que três deles (os que foram possíveis encontrar o registro de batismo) tinham padrinhos livres, com exceção de uma madrinha, escrava de Felipe Antonio

¹⁴ Os registros de meia sisa de Campinas no período entre 1865-1880 demonstram que apenas a partir do ano de 1868 tornou-se comum registrar a participação do procurador. É provável que a prática já fosse corriqueira, mas apenas a partir dessa data torna-se usual a anotação sobre a presença de procuradores. A partir da análise do Banco de dados Coletoria de Rendas de Campinas, concluímos que cerca de 54% das negociações ocorridas no período entre 1868 e 1880 tiveram a participação de um procurador.

Ainda sobre o uso de procurações no comércio interno, Slenes argumenta que: “Acontece que normalmente o tráfico interno de escravos (entre municípios e entre províncias) se fazia através de intermediários. Às vezes, o intermediário era um simples procurador (de verdade), representante do vendedor ou do comprador. Na grande maioria dos casos, no entanto, o intermediário era um negociante que comprava o escravo do vendedor original e vendia-o depois ao comprador final, quando não a outro mercador. Contudo, nesses casos, não se costumava fazer uma escritura de compra e venda para cada transação efetuada. Normalmente se disfarçava a transferência de posse para um negociante intermediário com uma procuração bastante, que conferia a este, plenos poderes para vender o escravo onde e por quanto quisesse. Se o negociante passava o escravo para outro intermediário, também não o fazia por escritura mas por um substabelecimento da procuração. Era comum, no caso de escravos vindos de longe, que houvesse uma seqüência de substabelecimentos entre o „procurador. e o comprador final. O objetivo desses subterfúgios era de evitar o pagamento do imposto de compra e venda cada vez que o escravo passava de um dono para outro. (SLENES, Robert. *Grandeza ou Decadência*. Op.cit. p118.)

¹⁵ Livro de Casamento de livres. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Cúria Metropolitana de Campinas.

¹⁶ Eram eles: Antonio e Joaquina e Mariano e Eleutéria. Fonte; Livros de Batismo da Paróquia de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas.

¹⁷ O nome do senhor estava ilegível.

Franco. Raimundo também só havia apadrinhado uma criança, tendo estabelecido, portanto, poucos laços com seus companheiros.

Talvez a maior proximidade com as pessoas livres através do compadrio tenham garantido a Raimundo a confiança de seu senhor e a posição de feitor. Ou ao contrário, justamente por ser feitor ele quisesse manter-se mais próximo dos senhores, manter a hierarquia e certo distanciamento de seus companheiros e também de seus subordinados. Não é possível saber ao certo, pois não foi possível identificar quando Raimundo deixou de ser um forasteiro para tornar-se os olhos vigilantes do seu senhor na Comunidade do Saltinho.

Cerca de seis anos após sua chegada à Comunidade do Saltinho Benedito legitimou seu casamento com a cozinheira Firmina, filha de Pedro e Joaquina. Localizei apenas o registro de batismo de Margarida, filha do casal que teve padrinhos escravos. Benedito era o Domador por isso, é possível que passasse a maior parte do tempo na lida com os gados e não trabalhasse junto com seus companheiros na lavoura, o que poderia ter dificultado o estabelecimento de laços de compadrio.

Já Severiano conseguiu estabelecer mais laços de compadrio. Quatro anos após sua chegada, o forasteiro casou-se com Juliana, filha de Domingos e Rosa, e com quem teve pelo menos seis filhos. Para os três primeiros filhos, batizados em 1865, 1867, 1873, o casal escolheu seus companheiros de cativo para padrinhos de seus filhos¹⁸. Já os três seguintes filhos tiveram padrinhos livres. Talvez, o casal tenha escolhido criar seus laços de solidariedade primeiro com seus companheiros e depois com pessoas livres que pudessem proporcionar benefícios para seus filhos e para toda a família.

No Sítio do Saltinho, Severiano exercia o ofício de pedreiro e parecia ser bastante respeitado por seus companheiros, sendo convidado para batizar três crianças: a escrava Luiza, de dois meses, filha do também forasteiro, Raimundo em 1871 e no ano seguinte, a Francelina, filha de Mariano e Eva.¹⁹

Em 1865, Felipe Antonio Franco comprou do Tenente Coronel José Maria Gavião Peixoto, o escravo Jeremias, pardo de mais ou menos 30 anos, forasteiro que foi muito bem sucedido no estabelecimento de laços de solidariedade. Ele apadrinhou cinco crianças entre 1865 e 1880, sendo

¹⁸ Candido e Perpetua; Francisco e Theolinda; Izidora e Salvador Liberto). Fonte: Livros de Batismo da Paróquia de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas.

¹⁹ Livros de Batismo da Paróquia de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas.

três delas filhas de ditas escravas solteiras (ver figura 3). Na matrícula de 1872, Jeremias aparece casado com Benedita e com o ofício de Alfaiate. Três anos mais tarde, no inventário de Dona Anna Rufina ele é o escravo com a maior avaliação, 2:500\$000 réis.

Prosseguindo com as aquisições, em 1866, o senhor Felipe comprou Custódio e Valeria, que não constam na matrícula de 1872 e também em nenhum outro documento. De modo que, possivelmente, tenham falecido nesse intervalo de tempo.

Em maio de 1871, Felipe Antonio Franco comprou de Joaquim Leite da Cunha Couto uma família composta por cinco escravos: Thomas, Felicia e seus filhos Olimpia, Maxima e Zacarias. Oportunamente, nessa negociação Felipe A Franco adquiriu seis escravos, pois Felicia estava grávida e quatro meses depois pariu o menino Horacio.²⁰

Para batizar seu filho, o casal, recém-chegada ao Sítio do Saltinho, escolheu o forasteiro Jeremias e a escrava Andreza, descendente dos fundadores. Thomas não viveu muitos anos na nova comunidade, pois em 1872 Felicia estava viúva.²¹ A escrava foi descrita no registro de matrícula de 1872 como cozinheira e sua filha Olimpia como costureira. É provável que ambas fossem escravas domésticas e vivessem mais próximas do convívio senhorial do que dos seus companheiros, dificultando a inserção na nova comunidade.

No ano 1871, três escravos são comprados conjuntamente: Ladisláo, Antonio Pequeno e Antonio Cadete. Por eles, o senhor Felipe pagou à Dona Ana Joaquina de Camargo, viúva de Elias Campos Machado, a quantia de 6:000\$000.²² Na matrícula de 1871 os três continuam solteiros e constam como trabalhadores da lavoura. Os escravos não aparecem em nenhum registro de batismo, portanto, imaginamos que eles nao tenham coseguido criar laços de compadrio, justamente por serem solteiros e forasteiros. Os três são descritos como naturais do Rio de Janeiro, logo essa não teria sido a primeira mudança de comunidade e de proprietário pela qual passaram esses indivíduos.

Ainda em 1871, Felipe Antonio Franco comprou Victorino, de 25 anos, cor fula, ofício ferreiro²³, pela quantia de 2:800\$000 réis. O escravo, que anos mais tarde ainda estava solteiro, foi vendido por Diogo Antonio de Souza Castro. No período entre 1865-1873, Diogo Antonio de Sousa

²⁰ Livros de Batismo da Paróquia de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas.

²¹ Lista de Matrícula de 1872.

²² CRC, CMU.

²³ Escravos especializados como Victorino, estavam sujeitos a mais uma frustração. Uma vez que, devido a sua qualificação, eles poderiam usufruir de certos privilégios em seus locais de origem, ao serem comprados para reforçar o trabalho nas plantações de café acabavam subjugados a um regime de trabalho penoso, perdendo seus privilégios e, além disso, muitas vezes sendo tratados com mais vigilância e violência, exatamente por serem forasteiros.

Castro vendeu 94 escravos. Esse número levou-me a acreditar que Diogo era um negociante de escravos.²⁴

Minha suposição é confirmada através de um processo civil contra senhor Diogo no ano de 1865, em que o réu foi multado por infringir o código de posturas, ao deixar água suja parada em frente a sua casa. O processo descreve “que Fulano de Tal Castro, **negociante de escravos** (grifo meu) e morador nesta cidade numa casa de frente do chafariz velho junto do mercado, infringiu o artigo 17 das posturas municipais fazendo sair água suja e com mal (sic) cheiro.”²⁵

Naquele momento, ser negociante de escravos era uma atividade legalmente reconhecida bastava aos comerciantes retirar uma licença para exercer tal ofício.²⁶ Socialmente, “os agentes do comércio interno aparentemente não foram combatidos e discriminados quanto seus antecessores” os negociantes envolvidos no comércio africano. (SCHEFFER, 2006:116),

Posteriormente, em julho de 1878 Felipe Antonio Franco comprou mais 4 jovens escravos: Faustino de 11 anos, Agapito de 17 anos, José de 14 anos e Pedro de 15 anos. A escritura de venda desses indivíduos é uma fonte preciosa para entendermos a complexidade do comércio interno de escravos. Por isso, nos deteremos um pouco mais com ela.

O documento inicia da seguinte forma: “Escrituras de venda de quatro escravos que faz Eduardo da Costa Passos, como procurador de diversos a Felipe Antonio Franco por seis contos e setecentos mil réis.”²⁷ É provável que o senhor Eduardo Costa fosse um dos muitos negociantes que viajavam pela região norte e nordeste do país, aproveitando-se das péssimas condições econômicas daquela região, em busca de senhores afoitos para venderem seus escravos.

A venda do escravo José é a que mais chama a atenção. O senhor João Damasceno, com o intuito de vender a propriedade de seu filho menor de idade, pede autorização ao Juiz de Órfãos e usa a seguinte justificativa:

²⁴ Segundo Rafael da Cunha Scheffer “Parece ter sido comum no século XIX que ao invés de adquirir a propriedade do escravo, o negociante, em troca do pagamento ao dono do cativo, recebesse uma procuração para revendê-lo e um recibo de adiantamento do dinheiro da venda do antigo senhor.” (SCHEFFER, 2006: 135)

²⁵ 1º Ofício, Processo 3710, TJC, CMU, UNICAMP.

²⁶ Durante três anos consecutivos, 1869, 70 e 71, o proeminente negociante João Mourthé renovou sua licença no município de Campinas. Como mostram os registros da Câmara municipal. Registros de Licenças para negociantes, Arquivo da Câmara de Campinas.

Mourthé foi responsável pela negociação de 838 escravos, ao longo dos anos de 1868 e 1878, negociou escravos de diversas regiões brasileiras, sendo que aproximadamente 78% desses escravos eram naturais das províncias do norte e nordeste do país, com destaque para o Maranhão, com 322 escravos negociados.

²⁷ 2º Cartório de Notas de Campinas, Livro 18, p. 1-4.

*Ilustríssimo senhor juiz de órfão do termo de Aracai, Dr João Damasceno da Silva deste termo como tutor de filho João Damasceno Medeiros Silva menor de quatorze anos, que vendo este escravo de nome Jose, aconteceu que vive dito escravo fugitivo constantemente de declarar formalmente não querer servir ao senhorio em que se acha precisando o suplicante grandes prejuízo contra o mesmo tutelado, ocorrido justamente necessidade de dinheiro de dinheiro para sustento dos bens do mesmo órfão, em face de do terrível seca que nos flagela, requer a vossa senhoria se digne conceder-lhe previa autorização para vender o mencionado escravo (...)*²⁸

Esse trecho mostra o desespero do senhor para vender seu escravo diante da péssima condição financeira em se encontrava, devido à seca que atingia aquela região do Império e devastava as propriedades. É curioso que o senhor Damasceno não tenha omitido informações sobre o péssimo comportamento do seu escravo e mesmo assim tenha conseguido um comprador. O episódio revela que nesse momento da escravidão brasileira a oferta de mão de obra não era suficientemente grande para que os senhores pudessem escolher os escravos menos “problemáticos”.

Por outro lado, o mesmo senhor João Damasceno e o antigo senhor do escravo Pedro, parecem tentar atrair compradores, ao informar que esses escravos não tinham pecúlio acumulado. Como consequência, as chances de esses indivíduos comprarem sua liberdade diminuam o que poderia representar, de fato, um atrativo para os compradores.

Por último, foi comprado o escravo Thomas. Ele e seus companheiros José, Pedro, Agapito e Faustino constam no inventário do senhor Felipe no ano de 1886, ainda solteiros e não pertencentes a nenhum grupo familiar.

Pelo escravo Thomas, Felipe Antonio Franco pagou um alto preço, em fins da década de 1870, 2:800\$000 réis. Esse fato pode ser um indicativo de que os senhores de Campinas ainda apostavam seus investimentos na propriedade escrava.

A impressão de que mesmo no fim da década de 70, quando o movimento abolicionista tinha grande força e outros lugares do Brasil se afastavam da escravidão, Campinas ainda permanecia presa à mão de obra escrava, pode encontrar respaldo no documento escrito pelos vereadores da cidade, como repúdio à tentativa da Província de São Paulo de estabelecer o imposto

²⁸ 2º Cartório de Notas de Campinas, Livro 18, p. 1-4.

de 1:000\$000 réis para cada escravo que entrasse na província. A seguinte carta foi redigida no mesmo ano em que Felipe Antonio Franco fez suas últimas compras, 1878:

A Câmara Municipal de Campinas como representante legítima e fiel de um dos municípios maiores, senão maior município agrícola da província, recebeu em sessão de 1º corrente dirigir-se a V. E pedindo que não sancione a lei ultimamente votada na Assembléa provincial e que estabeleceu o imposto de 1:000\$000 sobre cada escravo que for vendido na província.

Os males que resultarão para o país todo de semelhante lei são visíveis e inquestionáveis, basta ponderar que eles vão afetar a principal fonte de renda pública e particular como é a lavoura, ferindo-a de morte, pelo crescimento dos braços, a ela que já esta com enormes dificuldades e que tem sido sempre ornada de tributos em todos os tempos e por todas as maneiras.

São ainda muito mais para temerem-se os resultados de tal lei, quando procurando-se por ela diminuir ou antes obter o acréscimo entre nós do elemento servil, não se atentou nos meios de o substituir convenientemente, preparando-se os agricultores para aceitarem e reconhecerem as benfeitorias da colonização.

A Câmara Municipal de Campinas acredita que os argumentos deduzidos já contra a aludida lei pela imprensa e por meio de um congresso de fazendeiros que se realizou nesta cidade terão pesado suficientemente no animo esclarecido de V. E, e que por isso, V.E. está mais no caso, de que ela, de medir-lhe o alcance e a importância.

Conta, pois, a Câmara Municipal de Campinas que V. E. e tendo que decidir num assunto de suma gravidade, há de fazê-lo de acordo com os grandes interesses sociais de que pendem os destinos de nossa bela província, hoje confiados a direção de V. E.(...)²⁹

O discurso dos vereadores ainda se sustentavam na mesma ideia defendida por Antonil no início do século XVII, de que "os escravos são os pés e as mãos do senhor de engenho"³⁰. Com o intuito de defender os interesses senhoriais, os políticos campineiros afirmavam que mesmo após três séculos de escravidão não estavam preparados ainda para substituir o elemento servil.

Esse documento evidencia, que enquanto Brasil vivia a efervescência dos movimentos abolicionistas, a promulgação de leis emancipacionistas e diversas províncias se voltavam e para o

²⁹ Espero que a relevância do documento compense uma citação tão longa. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

³⁰ ANTONIL, Cultura e opulência no Brasil. Publicado pela primeira vez em 1711.

trabalho livre, afastando-se da mão de obra escrava, o município de Campinas tentava, ainda, preservar o sistema escravista.³¹

Voltando para o sítio do Saltinho, segundo Robert Slenes, no período de 1870-1875 não foram registrados anúncios de fuga da propriedade de Felipe Antonio Franco na Gazeta de notícias.³² Também, o único registro de fuga que encontrei foi o Traslado de Justificação cível do ano de 1857³³, que informava a fuga do escravo Candido no ano de 1842.³⁴

O processo cível iniciou-se em 1852, pois o senhor Felipe Antonio Franco e sua esposa alegavam que seu escravo Candido fugiu no ano de 1842 e (...) nunca foi alienado por forma alguma e desde sua fuga nunca mais houve notícia dele se não agora e conta por ela achar-se vendido ao major Joaquim Alves Gordim Sereto (?). Que o escravo indicado quando fugiu ainda estava imberbe, devia regular vinte anos de idade pouco mais ou menos, era bem preto, baixo, bastante ativo, e tinha no peito um sinal em forma de bóia procedente de ponta de Correa ou relho” Diante dessa suspeita pediam a inquirição e o julgamento para decidir se o dito escravo vendido ao senhor Joaquim Alves Gordim era, de fato, o cativo Candido. Após ouvir as testemunhas que não se lembravam das características do escravo, o juiz não realizou a inquirição e encerrou o processo.

Por fim, seguir a trajetória desses escravos forasteiros, ao longo dos anos na Comunidade do Saltinho, mostrou que 9 escravos conseguiram se casar e estabelecer suas próprias famílias. Apesar de apenas 2 terem sido chamados para apadrinhar - Jeremias e Severiano, ambos com um ofício especializado e casados com uma escrava descendente das famílias fundadoras da senzala - os escravos forasteiros convidavam os já residentes para apadrinhar seus filhos, ato que permitia a criação de laços de parentesco, e a formação de famílias extensas.

Notei ainda, que 6 dos forasteiros, possuíam um ofício especializado; no entanto, com exceção de Victorino que foi vendido como ferreiro, e de Raimundo que se torna feitor, não sabemos se os outros escravos já possuíam tal ofício ou se aprenderam na fazenda.³⁵ É possível que

³¹ Em Rio Claro, o comportamento dos senhores era semelhante. Segundo Juarez França, nas décadas de 1870 e 1880, os senhores continuaram investindo em cativos, em uma proporção ascendente. Diferentemente do que ocorria na capital da Província, onde já na década de 1870 o mercado de escravos entrava em decadência.

³² Ainda não foi possível pesquisar os registros de fuga para um período maior, mas isso será feito em breve.

³³ 1º ofício, Processo 3132, TJC, CMU, UNICAMP.

³⁴ 1º ofício, Processo 3132, TJC, CMU, UNICAMP.

³⁵ Estamos tentando averiguar isso nas escrituras de compra.

tenham aprendido no sítio, pois a partir do testamento do senhor Antonio Teixeira de Camargo e Dona Anna Rufina, parece que havia uma preocupação em ensinar um ofício aos escravos.³⁶

Robert Slenes, após a análise dessa escravaria para os anos de 1872 e 1875, afirma que, “os escravos de Felipe Antonio Franco formavam uma verdadeira comunidade, ligados por laços de parentesco e experimentando uma estabilidade considerável no tempo (...)” (SLENES, 2012:114). A presente análise me permite corroborar essa constatação.

A trajetória dos tantos forasteiros levados à Fazenda do senhor Felipe Antonio Franco, mostrou que a maioria deles conseguiu se adaptar, construir famílias, fazer parte da comunidade e, possivelmente, superar as dificuldades impostas pelo comércio interno. Alguns, no entanto, não tiveram a mesma sorte. Uns morreram pouco depois da chegada, longe de suas localidades de origem. Outros ainda viveram sem formar famílias, tentando estabelecer laços de parentesco e de amizade. Mas de modo geral, o cruzamento das fontes me permitiu acompanhar a formação de uma madura comunidade escrava, que permitiu a inserção de novos cativos.

FONTES

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Carta dos vereadores

Concessões de licenças para negociantes.

Ofícios enviados à Câmara Municipal.

³⁶ Garantir que seus escravos aprendessem um ofício na fazenda, poderia significar um investimento para os senhores, já que não precisariam comprar um cativo especializado (que possuía alto valor no mercado escravo) e ainda valorizava o patrimônio.

Registros de Correspondências, 1872-1881.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL)

Fundo Crimes de São Paulo – Processos-crime de Campinas.

Fundo Peter Eisenberg - Registros de Casamento de escravos em Campinas.

Fundo Peter Eisenberg - Fichas de registros de alforrias na cidade de Campinas.

Livros de batismos de escravos e livres na cidade de Campinas.

BIBLIOTECA DR. OCTÁVIO IANNI

Almanak da Província de São Paulo para 1873, Ed. fac-similar. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial do Estado, 1985.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (CMU)

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas – *Inventários post-mortem*.

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas – Testamentos.

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas - *Interdito uti Possidetis*.

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas – Justificação Civil.

Cartório de Registro de Título e Documentos – Livro de Hipotecas.

Fundo Coletoria de Rendas de Campinas – Livros de registro de meia sisa da cidade de Campinas (livros 39, 42, 43, 46, 49, 51, 52, 53, 54 e 57)

CÚRIA METROPOLITANA DE CAMPINAS

Livros de batismos de escravos e ingênuos

Livros de casamento de escravos e livres.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE CAMPINAS

Livros de escrituras no período entre 1865-1880. Digitalizados gentilmente cedidos por Rafael Scheffer

SEGUNDO CARTÓRIO DE CAMPINAS.

Livros de escrituras no período entre 1865-1880. Digitalizados e gentilmente cedidos por Rafael Scheffer

SITES

Genealogia Paulistana - <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>

Family Search - <http://www.familysearch.org/eng/default.asp>

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila. *O feitor Ausente, estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando falha o controle. Crimes de escravos contra senhores*. Campinas, 1840/1870. São Paulo, Universidade de São Paulo: 2010. (Dissertação de mestrado).

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAYLE, Steven. *Carry me Back. The Domestic Slave Trade in America Life*. (Oxford University, 2005.) p. 250

EISENBERG Peter. *Homens esquecidos : escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas : UNICAMP, 1989.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FLAUSINO, Camila. *Negócios da escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação (Mestrado em História) Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. “Crianças escravas, crianças dos escravos.” In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo, 2000.

- FRANÇOIA, Juarez. *Senhores de escravos: trajetória e solidariedade no oeste paulista. 1845/1880*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. Campinas, 2009. (Tese de Doutorado).
- GRAHAM, Richard, "Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil". *Revista Afro-Ásia*, Salvador, nº 27, 2002, 121-160.
- JOHSON, Walter. *Soul by Soul. Life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press Cambridge, Massachusetts London, England, 1999.
- KAYE, Anthony. *Joining Places. Slave Neighborhoods in the Old South*. The University North Carolina Press: Carolina do Norte, 2007.
- LARA, Silvia Hunold. [Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808](#), [Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988](#).
- _____. "Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil." *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995.
- _____. "Processos crimes: o universo das relações pessoais" in *Anais do Museu paulista*, v.34, 1984.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Eduardo Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo, Edusp:Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- LUCK, Patrick. *Creating a Deep South Making the Sugar and Cotton Revolutions in the Lower Mississippi Valley, 1790-1825*. Ph.D Dissertation, Johns Hopkins University, 2012.
- MACFARLANE, Alan. *Reconstructing historical communities*.Cambridge Universitu Press, 2008.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. [Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888](#). São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além, o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. Tese (Livre Docência em História) , Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- METCALF, Alida. *Family and frontier in colonial Brazil. Santana de Parnaíba, 1580-1822*.University of Texas Press, Austin, 2005.
- MALONE, Ann Patton. *Sweet Chariot: Slave &Household structure in nineteenth- century Louisiana*. (Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1992.)
- NEVES, Erivaldo, "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista." Salvador, *Revista Afro - Ásia*, nº 24.
- NOGUEIRA, Lenita Waldige. *Música em Campinas nos últimos anos do Império*. Campinas: Editora da Unicamp, CMU, 2001.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo:Annablume,1995.
- PÁTEO, Maria Luisa de Freitas Duarte do – *Bandas de música e cotidiano urbano*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Antropologia Social. Dissertação de Mestrado, 1997.
- PENA, Eduardo Spiller." Burlas à Lei e revolta no tráfico interno do Brasil meridional, século XIX". In (org) LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006
- [PIROLA, Ricardo Figueiredo. A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família, Campinas, 2005](#).(Dissertação de mestrado).
- REIS, João José, Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PRIORE, Mary Del. "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império." In:____ (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo, 2000.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: História do levante de Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. “Nós achamos em campo a tratar da liberdade: Resistência negra no Brasil oitocentista”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-200) formação: histórias* / Carlos Guilherme Mota (org) SP: Ed. Senac. São Paulo, 2000.

_____. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

ROBERTS, Kevin David. *Slaves and Slavery in Louisiana: The Evolution of Atlantic World Identities, 1791-1831*. P.h.D 's Dissertation, The University of Texas , 2003.

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de Famílias Escravas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno, Campinas, século XIX*. Tese (Doutorado em História) Campinas, 2004.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Florianópolis, 2006.(Dissertação de mestrado)

_____. “Escravos do sul vendidos em Campinas: cativos, negociantes e o comércio interno de escravos entre as províncias do sul do Brasil e um município paulista (década de 1870).” *4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Curitiba, 13 a 15 de maio, 2009.

SLENES, Robert. SLENES, Robert. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Stanford University, Stanford, 1976. (Tese de doutorado).

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Campinas: Editora Nova Fronteira, 1999.

_____. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market”. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

_____. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”, *Revista USP*, Vol. 12

SCHWART, Stuart. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SCHERMERHHORN, Calvin. Left Behind but Getting Ahead. Antebellum Slavery's Orphans in the Chesapeake, 1820-60. In CMPBELL, GWYN et all, *Children in Slavery Through the Ages*. Ohio (University Press, 2009)

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TADMAN, Michael. *Speculators and Slaves: Masters, trades, and slaves in the Old South*. The University of Wisconsin Press, 1996

THOMPSON, E.P. “Economia Moral da multidão” in *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 260-261.